

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO- ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**ESCOLHENDO PARTICIPAR: UM ESTUDO SOBRE OS MOTIVOS
QUE LEVAM AS PESSOAS A PRESTAR SERVIÇOS
VOLUNTÁRIOS NA ACIC**

LIDIANI POLLI GOMES


Marly Venzon Tristão
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Aprovado em 04/12/00

FLORIANÓPOLIS, (SC), DEZEMBRO DE 2000.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO- ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ESCOLHENDO PARTICIPAR: UM ESTUDO SOBRE OS MOTIVOS
QUE LEVAM AS PESSOAS A PRESTAR SERVIÇOS
VOLUNTÁRIOS NA ACIC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina, para
obtenção do título de Bacharel em Serviço
Social, pela acadêmica:

Lidiani Polli Gomes

Orientador(a): Nilva Souza Ramos

FLORIANÓPOLIS, (SC), DEZEMBRO DE 2000.

LIDIANI POLLI GOMES

**ESCOLHENDO PARTICIPAR: UM ESTUDO SOBRE OS MOTIVOS
QUE LEVAM AS PESSOAS A PRESTAR SERVIÇOS
VOLUNTÁRIOS NA ACIC**

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

Obteve a nota média _____ atribuída pela Comissão Examinadora, integrada pelos membros:

Nilva Souza Ramos
Prof.^a do Depto. de Serviço Social

Adilson Ventura
Presidente da ACIC

Beatriz de Oliveira Odilon
Assistente Social da ACIC.

“ Ser cidadão é participar de uma sociedade, tendo o direito a ter direitos, bem como construir novos direitos e rever os existentes. Participar é ser parte e fazer parte, com seu fazer, sua interferência criativa na construção da sociedade, os indivíduos configuram seu ser , sua especificidade, sua marca humana.”

Terezinha Azeredo Rios.

Agradecimentos:

Relembrando os momentos vivenciados durante a execução deste trabalho e a colaboração, o incentivo e o apoio de muitas pessoas que o tornaram possível, quero nesta oportunidade registrar meus agradecimentos.

À ACIC, pela oportunidade de conhecer a realidade das pessoas portadoras de deficiência visual, pela oportunidade de estágio e pelos novos amigos conquistados.

À Assistente Social Marta e em especial, Beatriz, pelos ensinamentos e exemplo de profissionalismo.

À professora Nilva, pela orientação, paciência, atenção.

A todos os colegas e amigos, pelos momentos que passamos juntos, esperando que os mesmos continuem.

À minha família, especialmente meus irmãos, Lucas, Luan e ainda Angela e Zenalda, cujo apoio fez-se presente em todos os momentos.

Ao Assad, com quem dividi minhas inquietações e ansiedades, pela paciência, apoio, compreensão e companheirismo.

E, principalmente, a meu pai, pelo incentivo no início desta caminhada, e a minha mãe, presença certa em todos os momentos, tenham sido eles de felicidade ou angústia, de glória ou insucesso, certeza ou insegurança, sem a qual certamente não teria chego até aqui.

MUITO OBRIGADO.

Sumário:

Introdução.....	1
-----------------	---

CAPÍTULO I - O VOLUNTARIADO

1- Breves considerações sobre as ações voluntárias no Brasil.....	4
2 - O Programa Comunidade Solidária e o incentivo ao trabalho voluntário.....	11
2.1- O Programa Comunidade Solidária em Santa Catarina e a relação com a Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC.....	19
3- Algumas considerações sobre a ACIC.....	22

CAPÍTULO II - SER VOLUNTÁRIO

1- Aspectos teóricos para compreensão do ser voluntário.....	29
2- Procedimentos metodológicos da pesquisa.....	34
3- O indivíduo e a atividade voluntária.....	37
Considerações finais.....	50
Bibliografia.....	53

Introdução

A realidade social brasileira apresenta-se a nós como um campo propício ao surgimento e à permanência de ações alternativas para a área social. Entre estas, facilitadas por um contexto que conjuga ineficiência de políticas sociais com crescentes problemas nesta área, as ações voluntárias vão, aos poucos, solidificando espaços de atuação na sociedade através de seus agentes, os voluntários.

Durante meu período de estágio de abril de 1999 a novembro de 2000 na ACIC, entre outras funções, tive a oportunidade de ser a Coordenadora de Voluntários, uma exigência programa do Instituto Voluntários em Ação, organizando a demanda de voluntários encaminhada para a instituição, o que me colocou diretamente em contato com os voluntários que lá atuam, recepcionando-os, encaminhando-os à realização dos serviços, acompanhando e avaliando todo o processo. Pude assim, acompanhar e participar diretamente do trabalho que os mesmos realizam.

Por diversas vezes, presenciei os sentimentos de disponibilidade e comprometimento dos voluntários com a entidade, o que me despertou certo interesse.

A partir daí, comecei a realizar várias indagações sobre o que levaria estas pessoas a saírem de suas casas e realizarem trabalhos tão significativos para seus usuários, porém, sem qualquer forma de remuneração. Tais indagações levaram-me a eleger como principal objetivo deste estudo, a investigação dos motivos que levam as pessoas a realizarem trabalhos voluntários na ACIC.

Pelo que se sabe, as ações voluntárias tiveram início graças ao estímulo da igreja ao trabalho assistencial e, isso vem determinando o rumo de tais ações no decorrer da história. Somente em meados dos anos 1990, pode-se perceber um tipo de voluntário mais consciente, mais atuante, com vistas a uma mudança da realidade social que hoje assistimos.

Pode-se constatar, durante este estudo, que existe uma carência de registros bibliográficos que revelem dados específicos sobre o voluntário.

O estudo se desenvolveu, então, através de um resgate da ação voluntária inserida no contexto da história de instituições como a igreja ou entidades de assistência social. Frente a isto, pode-se perceber um dos motivos porque a figura do voluntário torna-se quase invisível no montante das leituras realizadas, ou seja, ele se encontra absorvido no que pode ser chamado de campo de ação voluntária na sociedade. Os registros existentes referem-se basicamente às associações ou instituições e não ao próprio voluntário.

Diante do exposto, a proposta deste estudo é identificar o que leva as pessoas a tornarem-se voluntárias, a desenvolver ações em prol da comunidade.

Este trabalho está, pois, dividido em dois capítulos.

O primeiro capítulo refere-se inicialmente ao resgate do trabalho voluntário, ou seja, tecemos breves considerações sobre as ações voluntárias no Brasil, bem como a influência do programa Comunidade Solidária para o incentivo a estas ações e ainda, a análise do referido programa no estado de Santa Catarina e sua relação com a ACIC, onde realizei meu estágio.

No segundo capítulo são apresentados os aspectos teóricos que serviram de base para o desenvolvimento do estudo sobre os motivos que levam as pessoas ao trabalho voluntário.

Ainda neste mesmo capítulo, apresenta-se a pesquisa realizada com os voluntários da ACIC e o resultado obtido através da análise das mesmas.

Após o desenvolvimento dos tópicos relacionados, partiu-se para algumas conclusões sobre as razões que os voluntários apontaram para aderir a este tipo de trabalho, apresentadas ao final do texto.

CAPÍTULO I

O VOLUNTARIADO

1- Breves considerações sobre as ações voluntárias no Brasil

Ao observarmos o atual cenário do Brasil, percebemos o papel secundário do Estado, não mais como interventor, mas como regulador da sociedade no tocante às suas ações no social. Com o apoio da iniciativa privada, verifica-se a descentralização dos serviços públicos, redução de gastos, principalmente com o social, e a retirada do Estado das atividades que possam ser executadas por outras entidades.

A sociedade civil é chamada, então, para a participação na solução dos problemas sociais. A partir daí, surge uma grande quantidade de organizações voluntárias, atuando nos mais diversos campos como saúde, educação, meio ambiente, cultura, assistência social, em defesa dos direitos humanos de grupos sociais (negros, índios, idosos, mulheres). São organizações privadas, com fins públicos que não estão ligadas a órgãos governamentais, chamadas Organizações Não- Governamentais- ONGs ou Organizações Sem Fins Lucrativos.

Resgatando a história dos voluntários que atuam nestas organizações, percebe-se que estiveram estreitamente relacionados ao contexto da época em que viveram, tendo em vista que o movimento de voluntariado não é um fenômeno recente, ele apenas adquiriu diferentes roupagens ao longo do tempo.

A tendência das pessoas a se associarem ou a se organizarem movidas pelos mais diferentes motivos é algo que se evidencia ao longo da história da humanidade, incluindo na do nosso país.

Quando nos referimos às organizações voluntárias no Brasil e sua identificação na estrutura da sociedade, observamos que não são temas com forte tradição de debates ou estudos entre os estudiosos.

É possível identificar porém, algumas formas de organização filantrópica. No Brasil Colônia, segundo Gauer (1995, p.1), com as grandes fazendas, senzala, capelas, canaviais, estabeleciam-se relações de dependência, onde os favores individuais eram trocados por lealdade e serviços, caracterizados principalmente pelo clientelismo.

A Igreja Católica, na época, desempenhou papel muito importante, sendo a religião oficial do Estado. Enviou ao Brasil os missionários a fim de fundar escolas e converter os índios, tornando-se fundamental na legitimação do poder estatal.

As iniciativas de caráter filantrópico, neste contexto, remetem à Igreja e seu papel como organizadora da sociedade, conforme afirma Landim (1993, p. 13),

“onde quer que encontremos, nos primeiros séculos da colonização, organizações encarregadas da assistência social, do ensino, da saúde, encontraremos a Igreja – com o mandato do Estado – na sua promoção.”

A assistência, neste período, conforme se pode analisar, está vinculada à Igreja e à grande quantidade de leigos que se encarregavam dos trabalhos religiosos através das Confrarias, formadas por corporações de artes e ofícios, e das Irmandades, vinculadas às tradicionais ordens religiosas medievais.

Na sociedade colonial encontra-se a “filantropia senhorial”, onde os Senhores das grandes fazendas eram responsáveis pelos recursos financeiros que as entidades recebiam.

No período compreendido entre a Independência, a Monarquia e a Primeira República, destaca-se o Coronelismo, através do qual o Estado consolida seu poder sobre os interesses agrários por meio de hierarquias, lealdade, laços de parentesco e troca de votos por favores políticos.

Um traço marcante deste contexto é a separação da Igreja e do Estado que até então caminhavam unidos. O Estado afirma, então, uma perspectiva leiga e racional, tentando assegurar o domínio antes entregue a Igreja. Esta, por sua vez, obedece ao movimento religioso preconizado por Pio IX, o qual prega a recristianização com a reforma do clero, envio de padres e freiras, reabertura de conventos, fundação de novas paróquias, criação de associações de leigos com caráter devocional, de caridade e assistencial.

A partir de 1934, Igreja e Estado retomam uma forte aliança. Com

colaboração recíproca, multiplicam-se as entidades sem fins lucrativos, e a filantropia, até o momento exercida por empresários ou por setores dominantes, passa a ser de responsabilidade da Ação Social da Igreja, que tinha como principal objetivo a formação do laicato para colaborar na missão da Igreja.

Com o início da gestão de Getúlio Vargas, inaugura-se no país a era nacional-desenvolvimentista e centralizadora, com a presença marcante do Estado na sociedade.

Neste contexto vive-se sobre a ótica do *Welfare State* (Estado de Bem Estar Social), que pregou a solução da questão social pelo Estado através de políticas de assistência pública, financiadas pela contribuição dos setores produtivos.

No ano de 1942, é criada a Legião Brasileira de Assistência - LBA, a primeira entidade assistencial de âmbito nacional, "*como parte do Programa Emergencial de Mobilização do Trabalho Civil, em apoio ao esforço de guerra promovido pelo governo*" (Oliveira, 1996, p.70). Foi responsável, inicialmente, pelo atendimento assistencial às famílias dos convocados para a guerra e em seqüência, pelo atendimento aos setores fragilizados da população, como gestantes, crianças e idosos. O trabalho da LBA é marcado desde seu surgimento pela atuação de voluntários, que se congregam por boa vontade e responsabilidade com o próximo.

Com o regime ditatorial de 1964, inicia-se um novo período. A sociedade civil passa a associar-se, lenta e progressivamente, aos trabalhos sociais. Este período foi marcado por uma modernização acelerada da sociedade, mudanças nas políticas governamentais, urbanização e crescimento da população universitária.

As organizações e movimentos populares são reprimidos, os sindicatos e universidades sofrem intervenção federal, ocorre a dissolução de partidos políticos, censuras, prisão, tortura e morte de grupos com inspiração marxista.

O Estado, neste período, toma medidas para organizar sistemas nacionais públicos na prestação de bens e serviços sociais como saúde,

educação, habitação, assistência social.

Outra característica do período é o início do processo de privatização orientado para a lógica do mercado favorecendo o crescimento do setor empresarial em detrimento do setor sem fins lucrativos.

Nesse período, a sociedade brasileira, segundo Paes (1999, p.52)

“ teve que se mobilizar para combater o autoritarismo e o arbítrio reinantes naquele momento. Foi um momento de afirmação da sociedade civil e valorização da democracia; surgiram várias organizações e movimentos sociais em consequência de um novo ímpeto – introduzido inicialmente por setores cristãos progressistas e depois abraçado por outros setores comprometidos com a democracia e a mudança social – de organização da sociedade de base.”

Cresce a partir daí, o número de associações civis. As Organizações Não Governamentais - ONGs, começam a tomar corpo. Misturando marxismo e cristianismo, militância e profissionalismo, elas têm como forte característica o direcionamento político, fundamentado no exercício da autonomia, cidadania e transformação social.

Na metade da década de 80, com a redemocratização da América Latina e dos países do chamado Terceiro Mundo, uma nova conjuntura política e econômica propicia a abertura ao diálogo entre entidades civis e empresariais.

Surge o neoliberalismo como concepção político- econômico-cultural nos países ocidentais, sendo fruto do processo de globalização da economia na ordem do capital e da formação de grandes blocos de poder no plano internacional. (Abramides apud Ferreira, 1998, p.18).

Com esta nova concepção, opta-se por uma política monetarista, privatização de estatais, corte nos gastos sociais e enxugamento da máquina estatal.

A sociedade civil torna-se, assim, protagonista das atenções e serviços destinados às camadas populares, tornando-se agente do acesso a bens e direitos anteriormente negados.

A resposta foi o nascimento de um voluntariado que veio preencher os espaços deixados pelo Estado e que se esforçou em diminuir as

necessidades dos que ficaram de fora do sistema.

Segundo Pereira (1997, p.11), com o acelerado desenvolvimento tecnológico, principalmente na década de 80, o sistema econômico mundial passa por uma profunda transformação. A partir daí, o Estado passa por uma crise associada ao processo de globalização, o que passa a representar um novo desafio: garantir proteção aos cidadãos e tornar-se mais forte.

Da crise do Estado origina-se a crise fiscal, impedindo que o mesmo criasse poupança pública para financiar as políticas públicas.

A resposta às crises foi a promoção de uma Reforma do Estado, através da qual ele passaria a ser um Estado Social-Liberal:

“social porque continuará a proteger os direitos sociais,..., liberal porque o fará usando mais os controles de mercado, realizará serviços sociais e científicos através de organizações públicas não - estatais competitivas, porque tornará os mercados mais flexíveis...”
(Pereira, 1997, p.18).

Como principais características da Reforma do Estado aparecem:

- A delimitação de suas funções, através de privatizações, terceirizações e publicizações (entendida como a transferência para o setor público não estatal, serviços sociais e científicos);
- A redução de seu grau de interferência ao estritamente necessário através de mecanismos de controle via mercado;
- O aumento da governança, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo; e
- O aumento da governabilidade, isto é, do poder político do governo.

É sob a égide da Reforma do Estado que surge o movimento de voluntariado nos anos 1990.

Com o enxugamento do Estado, a dívida social que existe em relação à população marginalizada do país passou a ser tema central de discussões sobre a realidade nacional.

As organizações da sociedade civil, que sempre prestaram relevantes serviços públicos, porém de forma modesta frente às atividades

da área governamental, passaram a se organizar para atender de forma mais marcante as demandas da área social.

O surgimento de um número considerável de organizações estruturadas por iniciativas de cidadãos, fora do aparato formal do Estado, sem fins lucrativos, com autogovernos e envolvendo indivíduos motivados a servir o semelhante de forma voluntária, passou a caracterizar um novo setor de atividades humanas, o qual passou a ser chamado de Terceiro Setor, que segundo Fernandes (1996, p.27),

“... é composto por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não - governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil”.

Pelo exposto até aqui, pode-se afirmar que a década de 90 abre as portas para a possibilidade de pensar outra forma de entender a ação voluntária. Constrói-se um novo modelo que, ultrapassando o modelo anterior, considera o voluntário como um cidadão que, motivado por valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento de forma espontânea e não remunerada em prol de causas de interesse social e comunitário.

Esse novo modelo baseia-se e pratica o princípio da **“Aproximação vital”**, ou seja, quanto mais próximo de um problema estiver a instituição, os recursos humanos e os serviços, mais adequada será a solução e maior a participação das pessoas na busca de soluções. Aqui o voluntário assume a postura de participar em detrimento de dar. (Instituto Voluntários em Ação, 1999).

É oportuno destacar algumas definições desse novo modelo de voluntário. Segundo a Associação Internacional de Esforços Voluntários (1999),

“trata-se de um serviço comprometido com a sociedade e alicerçado na liberdade de escolha. O voluntariado promove um mundo melhor e torna-se um valor para todas as sociedades”.

Em estudo recente, a Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança (1999), definiu o voluntário

“como ator social e agente de transformação, que presta serviços não remunerados em benefício da comunidade, doando seu tempo e conhecimento, realiza um trabalho gerado pela energia de seu impulso solidário, atendendo tantos às necessidades do próximo, como às suas próprias motivações pessoais, sejam estas de caráter religioso, cultural, filosófico, político ou emocional”.

Quando nos referimos ao voluntário contemporâneo, engajado, participante e consciente, diferenciamos também seu grau de comprometimento. Existem ações esporádicas, pontuais, porém existem ações permanentes, que implicam em maiores compromissos, que requerem outro tipo de voluntário e que podem levá-lo a uma *“profissionalização voluntária”*.

Na análise dos motivos que mobilizam a ação voluntária, descobrem-se, fundamentalmente dois componentes: o de cunho pessoal e o de cunho social. Para os primeiros, a doação de tempo e esforço torna-se a resposta a uma inquietação interior que é levada a prática, enquanto que, no segundo caso, trata-se da tomada de consciência dos problemas ao se enfrentar a realidade, traduzido na luta por um ideal, o comprometimento com uma causa.

Segundo Corullón (1999, p.2), são várias as razões apontadas para o engajamento em trabalhos voluntários como a procura pela realização pessoal, a retribuição à sociedade pelo reconhecimento e experiências adquiridas ao longo da vida, a procura por uma ocupação para o tempo livre, a necessidade interior de fazer o bem, aumento da auto-estima. Enfim, seja por motivos religiosos, civis, motivos individuais ou grupais, as pessoas engajam-se em atividades voluntárias não apenas para exercitar sua caridade, mas também para exercer sua cidadania na defesa dos seus direitos e dos outros.

Atualmente existem programas e instituições com objetivo de estimular o trabalho voluntário, como é o caso da Comunidade Solidária, que busca facilitar, mobilizar, catalisar energias e recursos para, através de

parcerias, apoiar as iniciativas da sociedade civil.

Devido ao grande incentivo que o Programa Comunidade Solidária tem dado ao desenvolvimento de iniciativas voluntárias, este tema merece um estudo mais aprofundado, vejamos.

2- O Programa Comunidade Solidária e o incentivo ao trabalho voluntário

A busca de políticas sociais mais eficientes e o crescimento da participação da sociedade civil levaram à criação, em 1995, pelo presidente de República Fernando Henrique Cardoso do Programa Comunidade Solidária, que, segundo sua Presidente Ruth Cardoso *“é um espaço de interlocução entre o governo e a sociedade civil”* (1997, p.9). Seu objetivo maior é contribuir para uma maior qualidade e eficiência do trabalho que vem sendo desenvolvido pelas organizações do Terceiro Setor.

Este programa significa um novo modelo de atuação social baseado no princípio da parceria. Seu propósito é de que da soma de esforços, numa perspectiva solidária, entre governo e sociedade, sejam capazes de gerar os recursos humanos, técnicos e financeiros necessários para combater com eficiência a pobreza e a exclusão social.

Conforme seu decreto de criação, o Programa Comunidade Solidária tem como funções:

“coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e em especial, o combate à fome e à pobreza”.(Decreto n. 1.336, de 12 de janeiro de 1995).

Suas ações se desenvolvem em três eixos:

- 1-Aperfeiçoar o marco legal e institucional que regula o relacionamento de organizações que contam em seu quadro administrativo e técnico com colaborações voluntárias com o

governo;

2- Produzir conhecimento e informação sobre o Terceiro Setor;

3-Promover o voluntariado.

Quanto ao objetivo da Comunidade Solidária de aperfeiçoar o marco legal de instituições que tem a colaboração de voluntários, destacam-se como resultados o incentivo na aprovação da Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, que classifica as organizações do Terceiro Setor, implementa mecanismos de controle social garantindo que os recursos de origem estatal administrados por entidades do Terceiro Setor de fato sejam destinados a fins públicos e, ainda, cria o Termo de Parceria, instrumento que permite a negociação de objetivos e metas entre as partes e o monitoramento e avaliação de projetos.

Ainda dentro desta mesma perspectiva, outra lei aprovada foi a de nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, que trata do serviço voluntário, definindo-o e atribuindo-lhe as condições de realização, estabelecendo, ainda que timidamente, os direitos e deveres das instituições e dos voluntários que nelas atuam.

Segundo esta lei, o trabalho voluntário foi definido como

“ a atividade não remunerada, prestada pela pessoa física à entidade pública de qualquer natureza, ou instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, recreativos, de assistência social. Define ainda que o serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim. ”(Szazi, 1999, p.6).

É requisito legal que o trabalho voluntário esteja previsto em contrato escrito (Termo de Adesão), onde deve constar a identificação do prestador e do receptor dos serviços, a natureza e suas condições de realização, tais como carga horária, local, material a ser utilizado. A lei autoriza o ressarcimento de despesas ocorridas pelo voluntário, desde que estejam autorizadas pela entidade receptora dos serviços e comprovada no

desempenho das atividades.

Um segundo ponto, refere-se à promoção e divulgação de conhecimentos sobre o terceiro setor, para a qual foi criada a Rede de Informações Sobre o Terceiro Setor - RITS, uma organização sem fins lucrativos, cujo objetivo é: *“fomentar a criação e consolidação de redes do Terceiro Setor na Internet e oferecer-se como um espaço possível de conexão entre elas”* (Agir, n.9, dez, 1999, p.3).

Esta rede, através de websites, e-mails, chats, listas de discussões, teletrabalho, educação a distancia, acesso a banco de dados, etc., oferece informações, pesquisas, levantamentos e estudos sobre o Terceiro Setor.

Quanto ao incentivo ao trabalho voluntário, reconhecendo o vigor e a amplitude do esforço de cidadãos e instituições, o Conselho Comunidade Solidária criou, em 1996, o Programa de Promoção do Voluntariado, com a missão de contribuir para a promoção, valorização e qualificação do trabalho voluntário no país. (Cardoso, 1997).

O Programa de Promoção do Voluntariado, segundo Corullón (1999), tem como objetivo geral “promover o conceito e a prática da cidadania no país pela participação consciente, solidária e comprometida dos indivíduos em ações voluntárias, oferecendo canais organizados para a ação”. Seus objetivos específicos são: valorizar a imagem do voluntário, aumentar o número de indivíduos e ações voluntárias, qualificar os agentes voluntários, produzir e socializar informações.

A proposta do referido programa é apoiar a criação de Centros Voluntários, pensados, segundo Cardoso (1997, p.12), como

“elos entre os que desejam doar seu tempo e trabalho e aqueles que precisam de apoio e ajuda. E também como pontos de encontro e intercâmbio de experiências, ajudando na capacitação dos voluntários e suas organizações, bem como na divulgação das iniciativas bem sucedidas.”

Dentro da perspectiva de expansão de núcleos de voluntários, em sintonia com a realidade do país, foi criada em 1998 em Florianópolis a Central Voluntários em Ação. Esta organização tem por objetivos reconhecer, valorizar e difundir ações voluntárias já existentes, capacitar

voluntários e entidades, promover o engajamento de novos voluntários, organizar a oferta e a demanda, entre outros. (Corullón, 1999)

Esta central, foi idealizada por Fernanda Bornhausen Sá que participando de um encontro, recebeu o convite de D. Ruth Cardoso, presidente do Programa Comunidade Solidária, para a criação, na cidade de Florianópolis, uma central de voluntariado, devido a seu potencial. Após um período de estudos e organização, foi criado o referido instituto, oficialmente, em 20 de maio de 1998.

Pelo exposto, percebe-se que o voluntário de hoje, atuante e agente de transformação, necessita não apenas ter boa vontade, mas também, competência, capacidade para o trabalho social, que sem dúvidas é fruto de constantes reciclagens. Tem suma importância pois viabiliza a prestação de serviços que as entidades muitas vezes não podem oferecer, refletindo diretamente na qualidade do resultado dos programas institucionais. É uma categoria que tem sua existência assegurada em uma legislação específica e, entendido como cidadão, é portador de direitos e deveres.

Segundo o Programa Comunidade Solidária, são responsabilidades do voluntário:

- Conhecer a instituição e/ou comunidade onde presta serviços;
- Escolher cuidadosamente a área onde deseja atuar conforme seus interesses, objetivos, habilidades, garantindo um trabalho eficiente;
- Ser responsável no cumprimento dos compromissos contraídos livremente como voluntário;
- Comprometer-se com o que de fato puder fazer;
- Respeitar valores e crenças das pessoas com quem trabalha;
- Aproveitar as capacitações oferecidas;
- Trabalhar de forma integrada e coordenada com a entidade onde presta serviço;
- Manter assuntos confidenciais em absoluto sigilo;
- Acolher de forma receptiva a coordenação e a supervisão de seu trabalho;
- Usar de bom senso para resolver imprevistos, além de informar os responsáveis.

São direitos dos voluntários:

- Desempenhar uma tarefa que valorize e seja um desafio para ampliar habilidades e/ou desenvolver outras;
- Receber apoio no trabalho que desempenha;
- Ter a possibilidade da integração como voluntário onde presta serviço;
- Ter as mesmas informações que o pessoal remunerado e descrições claras das tarefas e responsabilidades;
- Participar das decisões;
- Contar com os recursos para o desempenho do trabalho;
- Respeito aos termos acordados quanto à dedicação, tempo doado, etc., e não ser desrespeitado na disponibilidade assumida;
- Receber reconhecimento e estímulo;
- Ter oportunidades para o melhor aproveitamento de suas capacidades recebendo tarefas e responsabilidades de acordo com seus conhecimentos, experiências e interesse;
- Ambiente de trabalho favorável por parte do pessoal remunerado da instituição. (Corullón, 1999)

De acordo com o Programa de Voluntários, segundo a motivação e a livre escolha, são princípios básicos do voluntariado:

- Reconhecer e respeitar a dignidade e a cultura de cada ser humano;
- Reconhecer o direito de cada homem, mulher e criança de associar-se livremente, sem distinção de raça, religião, condição física, social, econômica ou outro;
- Oferecer seus serviços aos demais, sem qualquer remuneração, individualmente ou através do esforço conjunto;
- Detectar as necessidades e estimular a participação da comunidade na resolução dos próprios problemas;
- Promover a responsabilidade social, a participação cidadã, a comunidade, a solidariedade internacional;
- Melhorar a qualidade de vida, fornecendo respostas aos grandes desafios do mundo de hoje.

Dessa forma, um voluntariado mais consciente, atuante, pode contribuir de maneira mais ampla, crítica, atualizada na implantação de projetos direcionados a conquista da cidadania, dos direitos, à valorização do ser humano. As ações voluntárias podem ser voltadas ainda à área da saúde, da assistência social, educação, meio ambiente, cultura e artes.

Como exemplo dessas ações, pode-se citar a ajuda emergência ou em situações extraordinárias, como em:

- desastres ou participação em eventos como as Olimpíadas;
- ajuda assistencial, através de arrecadação e distribuição de alimentos, agasalhos;
- campanhas pontuais de doações diversas;
- companhia, lazer, recreação, visitas;
- aconselhamento de jovens com questões referentes à saúde, estudo, profissões;
- serviços médicos, psicológicos, campanhas de vacinação, conforto emocional, grupos de auto-ajuda.
- desenvolver projetos de educação para adultos, capacitação e profissionalização;
- reflorestamento, proteção de animais.

Conforme pode ser visto, o leque de ações que podem ser desenvolvidas por voluntários é muito extenso, podendo atuar em praticamente todos os segmentos da vida no mundo.

Resgatando o que foi analisado até o momento, pode-se verificar que as pessoas voluntárias podem desenvolver os mais diversos tipos de serviços, que variam de acordo com as expectativas e especializações de cada um, o que vai determinar um perfil bastante diversificado.

Para Corullón (1999), coordenadora do Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária, existem diversos grupos de público de voluntários. São eles:

1 - Crianças (escoteiros e bandeirantes), jovens estudantes, jovens da comunidade, membros de clubes e associações religiosas, culturais e/ou de serviços;

- 2- Idosos e/ou aposentados;
- 3- Profissionais liberais e/ou autônomos;
- 4 - Profissionais ativos, funcionários de empresas e suas famílias, comumente chamado de voluntariado empresarial.

Passemos agora a analisar mais detalhadamente cada um destes grupos.

Em primeiro lugar, para as crianças e adolescentes, o Programa de Promoção do Voluntariado do Conselho Comunidade Solidária (1999, p.10), afirma que a elas deve ser proporcionado o acesso a práticas em causas ligadas ao bem comum, ao meio ambiente, a preservação de bens culturais.

Podem ser desenvolvidos trabalhos individuais, o que possibilita relações pessoais sólidas com o beneficiário, tais como o auxílio em problemas de aprendizagem, aconselhamento em casos de dependência de drogas ou doenças graves, proporcionar companhia a idosos, entretenimento, aulas de informática, etc. Pode-se realizar também trabalhos em grupo como em programas de preservação da natureza, de praças, jardins, atividades culturais para comunidades, etc.

Em segundo lugar, a pessoa de terceira idade ou aposentada, tem mais tempo livre. Também costuma sofrer por solidão, por não ter seus familiares ou por falta de convivência assídua com seus filhos e netos e ainda, por vivermos em uma cultura que valoriza a juventude, o idoso sente-se discriminado e inútil.

O trabalho voluntário para eles, apresenta-se como uma oportunidade de se manter ativo, saudável, motivado e participante. Sua experiência e habilidades, acumuladas ao longo da vida, quando bem aproveitadas em programas bem planejados, são de grande valor para a comunidade.

Os voluntários de terceira idade podem usar seus conhecimentos em atividades que beneficiem rápida e diretamente os outros, tais como levar distração a crianças hospitalizadas, organizando passeios, viagens, programas culturais, pessoas com experiência esportiva organizando e treinando times comunitários, professores que gravam fitas de áudio de

livros ou material didático para portadores de deficiência visual.

O terceiro grupo de voluntários são pessoas, porém, que não são idosas ou aposentadas, mas disponibilizam parte de seu tempo e de seu trabalho especializado em prol de comunidades. Deste grupo, fazem parte os profissionais liberais ou autônomos. Como exemplos temos dentistas, médicos, psicólogos, advogados, arquitetos e tantos outros profissionais liberais que prestam serviços voluntários no Brasil.

Estes profissionais atendem em seus próprios consultórios ou vão até a comunidade que necessita dos serviços. Os mesmos podem atuar, segundo suas especialidades, em projetos de urbanização, auxílio na obtenção de documentos, assessoria no planejamento financeiro, análise de orçamentos, etc.

Em quarto lugar, existe o grupo do chamado voluntariado empresarial, que segundo o Instituto Voluntários em Ação (1999, p.2), "*... é o conjunto de ações realizadas por empresas para incentivar e apoiar o envolvimento de seus funcionários em ações voluntárias*".

Corullón (1999, p.2), enquanto coordenadora do Programa Nacional de Voluntários, afirma que a comunidade tem muitos ganhos com este tipo de intervenção,

"pois as aptidões, a energia, o talento e o compromisso de funcionários ativos podem produzir uma diferença real, resolvendo problemas, contribuindo com a qualidade de vida das pessoas e tornando a comunidade um lugar melhor para se viver".

A autora vai além. Afirma que

"ganham os funcionários, que se vêem mais produtivos, leais e orgulhosos de participar de uma empresa que tem esta visão, e ganham as empresas, que colhem resultados positivos no recrutamento e manutenção de funcionários. Além disso, melhoram a imagem e a renda, pois o fato de tornar a comunidade um lugar melhor e também uma forma de torná-la uma parte da sociedade onde se faz negócios". (Corullón, 1999, p.2)

De acordo com o que se debateu até agora, o trabalho voluntário está adquirindo um novo caráter, mais profissional, com ações mais

duradouras, principalmente pelo estímulo de programas como o da Comunidade Solidária. Em Santa Catarina não poderia ser diferente: o estado já conta com dois centros de voluntários que procuram estimular este tipo de ação, bem como orientar e organizá-las. Vejamos como isso ocorre.

2.1- O Programa Comunidade Solidária em Santa Catarina e sua relação com a ACIC

Conforme vimos anteriormente, o Conselho da Comunidade Solidária foi criado em 1995 para promover o debate político e a parceria entre governo e sociedade no enfrentamento da pobreza e da exclusão social.

O objetivo do Programa Comunidade Solidária de criar centros de voluntários, concretizou-se na abertura de 34 centros, espalhados por todas as regiões do país.¹

O estado de Santa Catarina conta com dois desses centros, um localizado em Blumenau com o nome de Centro Voluntários em Ação, e outro em Florianópolis, intitulado Instituto Voluntários em Ação.

O Instituto Voluntários em Ação teve suas atividades iniciadas em 1998, tendo como objetivos:

“propiciar o encontro entre as pessoas dispostas a doar parte do seu tempo e de suas habilidades no trabalho por uma causa social e as entidades que necessitam deste tipo de trabalho. Em outras palavras, somos um centro de divulgação e promoção da cultura do voluntariado”

A missão do Instituto Voluntários em Ação,

“é a sensibilização e a mobilização da sociedade sobre o trabalho voluntário, motivando o engajamento comunitário e empresarial em ações que visem a solidariedade entre os catarinenses”.

¹ Atualizado em outubro de 2000.

Além destas atividades, participam de projetos como o “Amigos da Escola”, em parceria com a Rede Globo de Televisão, que busca melhorias para as condições de funcionamento e qualidade do ensino público, ou em projetos locais como é o caso da Feira da Esperança da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Florianópolis.

O Instituto, dentre as entidades com as quais atua, desenvolve parceria com a Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC, tendo em vista ser o mesmo que encaminha a maioria dos voluntários que atuam na instituição. Isto ocorre da seguinte forma: o Instituto Voluntários em Ação desenvolve campanhas de captação de voluntários. Os mesmos participam de reuniões iniciais onde lhes são apresentadas as entidades onde podem prestar serviços. São encaminhados para as instituições escolhidas, onde são recebidas por um coordenador de voluntários previamente preparado, que vai encaminhá-lo ao desenvolvimento dos trabalhos de acordo com as necessidades da entidade. Mas nem sempre foi assim.

O primeiro registro de voluntários na ACIC, data do ano de 1984, quando atuavam 2(dois) voluntários.

Segundo pesquisa realizada com os sócios fundadores da entidade, o voluntariado sempre esteve prestando serviços, porém de forma modesta e não tão expressiva quanto nos últimos anos. Ainda segundo este estudo, o Instituto Voluntários em Ação aparece como o grande fomentador deste tipo de ações, tendo encaminhado entre os anos de 1998 e 2000, 57 (cinquenta e sete) voluntários. Não constam registros da quantidade de voluntários não encaminhados pelo Instituto no mesmo período.

Destes, 20 (vinte) se afastaram por motivos pessoais e 1 (um) teve seus serviços dispensados por estar interferindo negativamente no desenvolvimento dos programas da instituição e ferindo seus objetivos.

Atualmente a ACIC com 36 (trinta e seis) voluntários cadastrados, sendo que 20 (vinte) deles prestam serviços regulares, e o restante desenvolve trabalhos eventuais, ou seja, são chamados para desenvolver trabalhos específicos quando necessário.

Dos voluntários que atuam hoje na entidade, 12 (doze) são do sexo masculino e, 24 (vinte e quatro) do sexo feminino. Sua faixa etária apresenta-se no quadro abaixo:

<i>Faixa Etária</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Total</i>
20 a 30 anos	5	8	13
31 a 40 anos	4	5	9
41 a 50 anos	2	6	8
51 a 60 anos		3	3
61 anos em diante	1	2	3
Total	12	24	36

Percebe-se assim que pouco mais de 36% dos voluntários que prestam serviços na ACIC têm entre 20 e 30 anos, enquanto que 25% compreende a faixa etária entre 31 e 40 anos, 22% corresponde as idades entre 41 e 50 anos e pouco mais de 16% tem idade igual ou superior a 51 anos.

Vejamos um pouco mais sobre estes voluntários. Se levarmos em consideração a distinção que Corullón (1999) faz dos grupos de voluntários, teremos:

<i>Tipo de voluntários</i>	<i>Total</i>
Estudantes	8
Profissionais liberais	20
Aposentados	8
Total	36

Pode-se destacar ainda que, do total de voluntários, 26 (vinte e seis), ou seja, 72,22%, são encaminhados pelo Instituto Voluntários em Ação, enquanto que os 10(dez) restantes, que correspondem a 27,77% não

tem vínculo com o referido Instituto.

Vejamos agora alguns aspectos históricos e dos serviços que a ACIC presta.

2.2 - Algumas considerações sobre a ACIC

A Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC é uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade promover e integrar cegos e deficientes da visão de ambos os sexos, com idade a partir de 14 anos, sem quaisquer distinções.

Entendida aqui por cegueira, *“a ausência total de visão até a perda da percepção de luz ou acuidade visual”*.(Masi, 1992).

É uma ONG, mas conta com a participação do Estado que se concretiza no fornecimento de funcionários, assim como no plano municipal. Trabalha com convênios, doações da comunidade em geral, e ainda, alguns sócios que fazem contribuições espontâneas.

O principal objetivo da ACIC é promover e realizar a Educação, Reabilitação e Profissionalização de pessoas portadoras de deficiência visual, entre outros.

É uma entidade de âmbito estadual, porém recebe usuários de todas as partes do país. Isso ocorre devido ao intercâmbio de informações que pode ocorrer e também pela procura por cursos que não se realizem nas cidades de origem dos usuários.

Para os alunos oriundos do interior ou de outros estados, existem dois alojamentos, um masculino e outro feminino, onde os mesmos podem permanecer durante o tempo necessário para a reabilitação ou realização dos cursos.

Segundo documentos históricos consultados, em Santa Catarina, o atendimento à pessoa cega teve início em 1962, com o encaminhamento para São Paulo de duas professoras da cidade de Canoinhas, para que

realizassem cursos especializados na área.

Na época, tramitava na Assembléia Legislativa um projeto de lei para implantar no Estado um instituto para pessoas cegas.

O intercâmbio de profissionais continuou ocorrendo e em 1969, foi organizado o plano de atendimento a Deficientes Visuais em Santa Catarina, que foi implantado em 1970.

Em 1974, iniciaram-se os trabalhos numa sala do Mercado Público Municipal, aonde num período as pessoas iam à escola comum e noutro, faziam locomoção, Atividades da Vida Diária, manualidade e educação física.

Em 1975, seguiram-se os cursos, agora em convênio com a Fundação Catarinense de Educação Especial, com recursos do MEC. Até que em 18 de junho de 1977 foi fundada a ACIC. A principal preocupação da associação é o aspecto político do problema da cegueira, ou seja, a luta pelos direitos e deveres dos cegos e deficientes da visão.

Conforme consta no estatuto da ACIC, seus objetivos são:

a- Dar assistência aos cegos e deficientes da visão, promovendo sua integração na família e na sociedade, através de atividades profissionais, culturais, recreativas e previdenciárias, assim como conscientizá-los das suas responsabilidades, limitações, direitos e deveres;

b- Estipular-lhes o exercício de atividade lucrativa, promover sua colocação profissional e favorecer-lhes condições de competir no mercado de trabalho, de modo que possam manter-se com recursos próprios;

c- Assistir-lhes os dependentes, em especial a infância e particularmente na prevenção da cegueira;

d- Promover campanhas de esclarecimento público quanto as suas possibilidades de trabalho e de servir, combater preconceitos que possam levar à sua segregação e lutar para que, neste sentido, sejam adotadas providências legais ou de outra natureza;

e- Manter intercâmbio com entidades congêneres do Brasil e exterior, bem como colaborar com entidades públicas ou privadas que visem

idênticos objetivos;

f- Criar ou estipular a criação de imprensa especial, biblioteca especializada e estabelecimentos destinados à educação ou recolhimento de cegos e deficientes visuais;

g- Adotar quaisquer outras iniciativas que visem à consecução dos propósitos enunciados neste artigo e no anterior.

A ACIC, para o alcance de seus objetivos mantém o Centro de Reabilitação, Profissionalização e Convivência - CRPC, onde se desenvolvem as seguintes atividades:

1- Processo de Ingresso, onde constam a triagem, encaminhamento, e avaliações;

2- Programa de reabilitação, deste constam:

- Atendimento em orientação e mobilidade;
- Atendimento em atividades da vida diária;
- Alfabetização e treinamento no sistema Braille;
- Treinamento em escrita cursiva;
- Treinamento em datilografia comum;
- Iniciação em informática;
- Treinamento nas técnicas de Sorobã;
- Atendimento em educação física;
- Atendimento na área de psicomotricidade;
- Utilização de reversos comunitários;

3- Programa de Profissionalização:

- Sondagem de aptidões;
- Treinamento e orientação para o trabalho;
- Encaminhamento para cursos profissionalizantes na instituição e na comunidade;
- Encaminhamentos para escolas comuns;
- Encaminhamento para o mercado de trabalho;
- Apoio pedagógico-tecnológico;

4- Atendimento do Serviço Social, Psicologia e Pedagogia.

Além disso, para atender a novas necessidades, utilizam-se também, recursos da comunidade: aulas de expressão corporal, jogos e natação oferecida pela UFSC, e, voluntários que desenvolvem trabalhos como aulas de reforço particulares, ginástica, caminhadas, etc.

A ACIC é uma organização não-governamental pertencente ao Terceiro Setor, onde a iniciativa do setor privado surge para atender o interesse público, o que permite a busca de alternativas a partir de esforços colaborativos entre o Estado e a Sociedade Civil, em que o interesse público seja o denominador comum.

As ONGs como a ACIC, existem em todo o país e em todo o mundo. Sua organização, em nível de Brasil, está muito ligada a organizações como o Conselho da Comunidade Solidária (no que se refere ao encaminhamento de voluntários).

A palavra “qualidade” é muito importante quando se trata da avaliação dos serviços prestados. A pessoa só é considerada reabilitada quando todos os objetivos de cada programa são cumpridos, independente do tempo que necessite.

Essa qualidade muitas vezes é limitada pela falta de recursos financeiros que impedem o maior aprimoramento de instrumentos e de reciclagem de funcionários. Outro problema é a necessidade do aumento do número de profissionais, que não é pequeno, porém não totalmente suficiente.

Ao final de cada ano, realiza-se uma avaliação dos programas e serviços prestados, bem como atividades desenvolvidas. Todos os programas vêm sendo mantidos devido à sua importância dentro da instituição para o alcance dos objetivos propostos. Nenhuma das atividades foi eliminada, ao contrário, cada vez mais se aumenta o número e a diversidade das mesmas, para que a qualidade no alcance das finalidades da associação e a promoção do bem estar do usuário sejam cada vez maiores.

E é aqui que aparece o significativo papel dos voluntários: atuam como pessoal de apoio no desenvolvimento das atividades previstas e de complemento nas atividades que a entidade não oferece, como é o caso das aulas de capoeira, Tai-Chi-Chuan, aulas de canto e práticas desportivas.

Eles exercem as mais diversas atividades: apoio pedagógico, gravação e digitação de textos, tradução, atendimentos médicos, elaboração de boletins informativos, entre outras.

No próximo capítulo passaremos a nos deter mais profundamente nos voluntários que atuam hoje na ACIC, bem como nas ações que desenvolvem enquanto voluntários.

CAPÍTULO II

SER VOLUNTÁRIO

1- Aspectos teóricos para a compreensão do ser voluntário

Até o momento analisamos as ações voluntárias no Brasil com suas características pautadas de acordo com o contexto de cada época. Observamos também os conceitos de voluntariado, bem como a legislação que o regulamenta e, ainda, a maneira como o mesmo vem se delineando no atual momento histórico brasileiro com as instituições e programas que visam o incentivo, desenvolvimento e o aprimoramento cada vez maior do serviço voluntário.

Ao longo do capítulo anterior, percebeu-se que a noção de voluntariado é bastante vaga no senso comum, por isso tem sentidos diversos nem sempre bem delimitados.

Pensar a questão do voluntário na atualidade, remete diretamente à análise do que se convencionou chamar de Terceiro Setor, tendo em vista ser este o espaço que o mesmo encontra para manifestar suas diferentes expressões.

Para o sociólogo alemão Claus Offe (1999), está acontecendo uma profunda reforma nas relações do cidadão com o governo e, ao lado do estado e do mercado, entidades comunitárias, como as ONGs e as igrejas, vão formar uma nova ordem social.

Tal ordem segundo o autor, vem surgindo em decorrência da falência do Estado de Bem Estar Social, principal provedor de serviços sociais aos cidadãos, em meados dos anos 1970.

A expectativa de melhores serviços foi repassada então para o estado enquanto regulador dos mesmos, porém, a baixa qualidade destes serviços só fizeram aumentar ainda mais o número de excluídos e desassistidos.

De uma forma ou de outra, conforme afirma Offe(1999), o Estado de Bem Estar funcionava, pois era o Primeiro Setor (Estado) que atuava no social. Com o advento do mercado, o Segundo Setor, mostrou sua face real: ímpeto concentrador de renda, favorecimento de elites, promoção da desigualdade e exclusão social.

A partir daí, movimentos sociais, ONGs, igrejas e cidadãos mobilizam-se para criar uma nova ordem social cuja base principal é a estruturação e funcionamento de um Terceiro Setor. Segundo Offe (1999), a nova ordem social tem como principais características:

- predomínio da ação comunitária sobre a ação estatal e empresarial, ou seja, à ação do estado que não atende as demandas sociais, sobrevêm uma ação comunitária capaz de prover aos cidadãos os serviços sociais básicos, configurando um estado mais fraco e mais susceptível as influências da sociedade civil;
- profundas mudanças nas relações do cidadão com o governo: o cidadão não depende mais do estado para lhe conferir cidadania, pois sabe que existem entidades, movimentos sociais, etc. que são os novos viabilizadores de acesso aos direitos que possuem: uma cidadania conquistada e assegurada por ações efetivas da comunidade;
- surgimento de uma nova concepção de estado, comprometido com a sociedade civil, controlador dos excessos do mercado e realizador de parcerias na busca de soluções para os problemas sociais;
- surgimento de novas instituições sociais: entidades filantrópicas, de direitos civis, agências de desenvolvimento social, órgãos autônomos da administração pública, fundações, etc.
- abertura de novos canais de reivindicações sociais, como fóruns, debates, assembléias e audiências, e arrecadação de recursos com práticas de trabalho voluntário e doações.
- Emergência de redes de solidariedade social, formada por essas entidades.

A primeira dama D. Ruth Cardoso apud Neto (1999), presidente do Conselho da Comunidade Solidária, apontou como razões para o crescimento do Terceiro Setor:

- o estado não poderia confrontar sozinho os desafios do

desenvolvimento eqüitativo e sustentável;

- o crescimento de ONGs no campo dos projetos sociais;
- a quebra da dicotomia entre público e privado;
- o esgotamento dos modelos de controle do estado e da lei do mercado de lucro.

Para Cardoso apud Neto (1999, p. 7), o Terceiro Setor tem importância por ser um setor de atividades " *relevante e potencialmente dinâmico e não lucrativo, não governamental, com um papel vital a desempenhar na luta contra a pobreza, desigualdade e exclusão social.*"

O Terceiro Setor, para Cardoso, aparece como um fator ativador da dinâmica social do país e tem como principais características:

- é uma esfera pública, não necessariamente governamental;
- é constituída de iniciativas privadas em benefício do interesse comum;
- tem grande participação de organizações não governamentais;
- compreende um conjunto de ações particulares com o foco no bem estar público.

Para Neto (1999, p.9), o crescimento elevado do Terceiro Setor tem como causas:

- crescimento das necessidades sócio-econômicas;
- crise do setor público;
- fracasso das políticas sociais tradicionais;
- degradação ambiental, que ameaça a saúde humana;
- crescente onda de violência que ameaça a segurança das populações;
- incremento das organizações religiosas;
- maior disponibilidade de recursos a serem aplicados em ações sociais;
- maior adesão das classes alta e média à iniciativas sociais;
- maior apoio da mídia;
- maior participação das empresas que buscam a cidadania empresarial; e

-crescimento dos serviços voluntários.

Ainda nesta linha de pensamento, Fernandes (1994, p. 31), afirma que “ *o que se compreende por Terceiro Setor da sociedade está muito relacionado ao trabalho comunitário, á prática da solidariedade, a cultura da filantropia.*”

As ONGs aparecem na dinâmica interna do Terceiro Setor, implementando projetos, viabilizando bens e serviços. Para que estes projetos se concretizem, são necessários a obtenção de verbas, qualificação de recursos humanos e avaliação, visando sua melhoria e continuidade.

Para Neto (1999), o Terceiro Setor abrange entidades sem fins lucrativos que desenvolvem ações sociais, podendo ser de diversas modalidades:

- doações de pessoas físicas e jurídicas;
- investimentos em projetos e programas sociais;
- financiamento de campanhas sociais;
- parcerias com o governo, empresas privadas, comunidade e entidades sem fins lucrativos; e,
- participação em trabalhos voluntários.

No Brasil, segundo Neto (1999), a modalidade de ação de investimentos em projetos e programas sociais é a que mais cresce, juntamente com as parcerias e o desenvolvimento da cultura do voluntariado que adquiriu força com os programas da Comunidade Solidária.

Levando em consideração estes aspectos, incluindo o contexto em que nasce o voluntariado, ocorrem alguns questionamentos, como por exemplo, o que leva um jovem de pouco mais de vinte anos reservar entre todas as suas atividades algumas horas para um trabalho voluntário? Ou, o que faz com que uma pessoa, após aposentar-se, continue a prestar serviços sem qualquer remuneração, ou ainda, por que alguns profissionais liberais em pleno desenvolvimento de atividades que lhes geram renda, exercem a mesma atividade para pessoas ou comunidades, mas sem

qualquer tipo de remuneração?

Conforme vimos no capítulo anterior, são várias as causas que levam uma pessoa a tornar-se um voluntário. Retomando Corullón (1999), temos:

- não satisfação com as atividades do cotidiano, que não trazem desafios, nem realizações pessoais;
- forma de retribuição a sociedade do conhecimento adquirido ao longo da vida;
- forma de ocupação do tempo livre;
- necessidade interior de fazer o bem;
- exercício da caridade, mas também exercício de cidadania na defesa de seus direitos e dos outros.

A hipótese que se levanta é a de que a ação voluntária nos moldes atuais está distante de ser algo “feito por fazer”. Passamos a adotar então, a concepção de que voluntário é aquele que doa seu tempo e trabalho sem qualquer tipo de remuneração, mas além disso é uma pessoa que adota um determinado comportamento sabendo que isso implicará em mudanças, que uma ação originalmente impulsionada por sentimentos de solidariedade, torna-se uma ação consciente e politizada que pode ser analisada em termos de um projeto de construção social (Henrique, 1995, p.8).

Assim, segundo Henrique (1995, p.8) acredita-se que as pessoas continuam a agir guiadas por uma “vontade íntima de ajudar o próximo”, mas a prática deste desejo não representa apenas a expressão de impulsos sem objetivos, mas sim perspectivas concretas de construção social.

Reforçando esta teoria, Corullón (2000) afirma:

“ o movimento de voluntariado talvez seja o maior movimento social do século XXI. Vai além de um passatempo, e sinônimo de expressão da cidadania, de mudança da realidade, de transformação social.

Nesta linha de raciocínio, propõe-se a apresentar agora o entendimento que os voluntários que atuam na ACIC tem sobre suas ações.

2- Procedimentos metodológicos da pesquisa:

O trabalho de campo realizado para basear este estudo, foi desenvolvido de acordo com os princípios da pesquisa qualitativa, pois, segundo Godoy (1995, p.21), é a mais adequada para o estudo nos trabalhos com pessoas, pois,

“ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis.”

Ou seja, não se trabalhou com a quantificação de variáveis, pois entende-se que as mesmas reduzem a amplitude das análises realizadas.

Optou-se pela metodologia de estudo de caso, que, segundo Benbasat apud Godoy (1995), é aquele que examina o fenômeno em seu ambiente natural através da aplicação de diversos métodos de coleta de dados. Essa estratégia de pesquisa possui caráter exploratório, sem nenhum controle experimental ou manipulação.

Como forma de coleta de dados, realizou-se inicialmente uma revisão da literatura específica sobre o tema. Em seguida, realizou-se um estudo de documentos disponíveis na ACIC, como boletins informativos, trabalhos de conclusão de curso, relatórios de atividades e cadastros dos voluntários.

Porém, utilizou-se principalmente, a entrevista semi-estruturada, com perguntas abertas. Para Neto (1998, p.57)

“ a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informes contidos nas falas dos atores sociais. Ela não significa uma conversa despreocupada e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que esta sendo focalizada”.

Durante o processo de levantamento de dados, utilizou-se também a observação espontânea, no qual, segundo Gil (1996),

“o pesquisador ao permanecer alheio ao grupo, observa os fenômenos que nele ocorrem. Apesar da informalidade, ela coloca-se num plano científico, pois ultrapassa a constatação dos fatos pois é seguida de um processo de análise e interpretação”

E ainda, a história oral, baseada no depoimento oral dos entrevistados, gravados em fitas k7.

Como critério de elegibilidade para a escolha dos entrevistados, optou-se pela escolha de pessoas de diferentes idades, que desenvolvam atividades diversas na ACIC e ainda, com a preocupação de mesclar pessoas encaminhadas pelo Instituto Voluntários em Ação e outras da comunidade em geral.

No total, realizou-se 5(cinco) entrevistas dos quais, 3 (três) são mulheres, 2(dois) homens, 3(três) encaminhados pelo Instituto Voluntários em Ação e 2(dois) da comunidade em geral.

A seguir teremos uma caracterização do universo da pesquisa, ressaltando-se que os nomes dos entrevistados são fictícios.

Entrevistado nº1:

João, 37 anos, aposentado, desenvolve trabalhos de digitação e gravação de textos, livros, documentos, etc. Disponibiliza para isso, 1 (uma) hora por dia, pois realiza os trabalhos em sua própria residência.

Entrevistado nº2:

Maria, tem 51 anos, possui nível superior, é funcionária pública aposentada. Desenvolve trabalhos de ledora (gravação de textos em geral). Realiza tais serviços nas horas livres, pois os faz em sua própria casa.

Entrevistado nº3:

José, tem 25 anos, é universitário, presta serviços de apoio pedagógico uma tarde por semana, na sede da entidade. Está na ACIC há aproximadamente 1 (um) ano e 6 (seis) meses.

Entrevistado nº4:

Joana, tem 42 anos, presta serviços especializados na área da saúde. Normalmente realiza 1(um) atendimento mensal, previamente agendado, ou de acordo com a necessidade pode aumentar o número.

Entrevistado nº5:

Andréia, 23 anos, é universitária recém formada. Dedica uma tarde por semana para a realização de serviços de digitação ou gravação, de acordo com as necessidades da entidade.

Durante as entrevistas, utilizou-se questões que nortearam desenvolvimento das mesmas. São questões amplas que permitem a contemplação de um grande número de conceitos e opiniões por parte dos entrevistados. São elas:

- 1- Com que frequência realiza os trabalhos voluntários?
- 2- Para você, o que é ser voluntário?
- 3- Por que você escolheu a ACIC para realizar o trabalho voluntário?
- 4- Qual a visão que você tem dos trabalhos que realiza na ACIC?

Convém ressaltar que no decorrer das entrevistas, algumas categorias foram evidenciando-se. Vale ressaltar que as perguntas apenas nortearam a entrevista e de acordo com o que os voluntários foram falando, guiou-se o seu rumo para as questões de interesse para este estudo.

Utilizando-se do resultado obtido com a aplicação das questões norteadoras, as categorias que se revelaram com maior intensidade passam, a partir deste momento a centrar nossa análise. São elas:

- a questão da influência religiosa;
- o tempo livre;
- a retribuição para a sociedade;
- a influência de artistas famosos.

Passemos agora a realizar uma análise dos dados obtidos com estas entrevistas.

3 - O indivíduo e a atividade voluntária:

“ O que você faz bem, pode fazer bem para alguém. Venha, seu coração é voluntário.” (Instituto Voluntários em Ação, 1998)

Campanhas com estes dizeres aparecem hoje nos mais diferentes veículos de comunicação a que temos acesso e, evidenciam acima de tudo, a tendência de a atividade voluntária tornar-se cada vez mais visível e integrante da dinâmica da sociedade.

Para a continuidade deste estudo, partimos do princípio de que o voluntário desenvolve as atividades ultrapassando o objetivo de ocupar um tempo livre, mas que, além disso, tem perspectivas de contribuir para a mudança social.

Neste sentido, o presente estudo se propõe a fazer uma análise dos dados obtidos com as entrevistas realizadas com os voluntários que prestam serviços na ACIC, bem como realizar uma análise sobre o entendimento que os mesmos tem de suas ações.

Iniciemos esta análise com a categoria que mais se evidenciou no transcorrer das entrevistas: a questão da **religião** na prestação de serviços voluntários. Quanto a isto, **Maria** afirma:

“ Depois que me aposentei, senti a necessidade de fazer algo sem pensar no dinheiro. Minha formação é muito religiosa e minha mãe sempre foi voluntária.”

Com isso, **Maria** condiciona sua busca pelo trabalho voluntário à formação religiosa que recebeu da família. Supondo-se que possui uma vida economicamente estável, não existe a necessidade da remuneração pelo serviço prestado.

Outro elemento que aparece em sua fala é a questão do tempo disponível que agora possui, podendo utilizá-lo para prestar serviços que beneficiarão alguém, ao mesmo tempo trazendo-lhe sentimentos de

pertencimento, de desenvolvimento de uma atividade útil e ainda, procurando por atividades que possivelmente não pode desenvolver enquanto trabalhadora ativa.

João, referindo-se à influência da religiosidade na prestação de serviços voluntários afirma:

“ No mundo ocidental, muito materialista, a humanidade está buscando de um tempo pra cá valores mais humanistas, religiosos. A humanidade vai se melhorando e estamos num momento de busca de valores espirituais, o que leva o homem a se melhorar e ele se melhorando, se dispõe mais a ajudar o semelhante”

O entrevistado leva sua exposição para o campo espiritual, dos valores humanos. Segundo ele, o trabalho voluntário é uma consequência de um estado de bem estar espiritual, levando-o a ajudar “o outro”.

A dinâmica atual do contexto em que vivem principalmente os habitantes dos países ocidentais apresenta-se de maneira extremamente estressante devido às freqüentes mudanças que vem ocorrendo no mundo do trabalho, às novas exigências impostas quanto ao acompanhamento das inovações tecnológicas, levando as pessoas a procurarem fontes alternativas de reposição de energias, de afirmação de identidades, de procura e legitimação de valores pessoais. Como exemplo disto, verifica-se cada vez mais a busca pela religião, prática de esportes e diferentes terapias.

Concordando com o entrevistado, tais comportamentos levam o homem a um crescimento pessoal e como consequência deste processo, existe a necessidade de expandir tais sentimentos, utilizando, neste caso, o caminho do trabalho voluntário.

Ainda quanto à categoria religião, **Joana** afirma que

“ Não se pode só querer receber, tem que dar para receber. Da

mesma maneira que a gente gosta de receber ajuda e carinho dos outros, a gente poder ajudar e ser útil a alguém, é uma forma de retribuir o que se recebe de bom”

Na fala de **Joana**, a influência dos preceitos religiosos aparecem claramente, principalmente quando afirma que *“tem que dar pra receber”*. É possível tratar-se de uma forma de repor algum sentimento de que a mesma tem carência, pois, afirma esperar receber algo em troca, ou mesmo retribuir o que recebeu.

Os valores da humanidade atualmente acabam por distanciar um contato maior entre as pessoas, levando-as a procurar formas de suprir as carências advindas da falta de maiores relacionamentos humanos.

O trabalho voluntário para ela, apresenta-se como uma forma de ser reconhecida, de auto-afirmação como pessoa e de devolver para alguém os sentimentos que considera importantes.

Andréia refere-se à questão religiosa da seguinte forma:

“Toda a minha família é muito religiosa e a gente gosta de ajudar os outros. Esta tradição já vem do meu pai que foi voluntário por muitos anos.”

Mais uma vez, existe a afirmação da tradição religiosa, passada de pai para filho, concretizada aqui, na ajuda ao próximo.

Retomando todas as falas, de uma maneira geral, pode-se fazer algumas considerações.

Em primeiro lugar, pode-se ressaltar que a categoria religião, está presente, objetiva ou subjetivamente, em todas as entrevistas.

Sabe-se que todas as religiões consideram a caridade como a maior das virtudes. A caridade, por sua vez, está diretamente relacionada com a satisfação das necessidades, alívio do sofrimento, a melhoria da qualidade de vida.

João ao afirmar que *“o homem está se melhorando, se dispondo a*

ajudar mais o semelhante”, está completamente sintonizado com o ideário religioso. Outros termos utilizados “*dar pra receber*”, *a gente gosta de ajudar os outros*”, também explicitam a tradição religiosa que desde o início dos tempos estimulou propósitos assistenciais e solidários e que até hoje são muito fortes entre as pessoas.

Esta tradição religiosa, conforme afirma Oliveira(1996, p.86), surge quando, a partir do Cristianismo a caridade reveste-se de sentido e valor como ajuda. Desde 313 d.C., quando o decreto de Milão estabeleceu o *cristianismo como religião oficial do império*, a *socialização de bens* passou a ser premissa fundamental de amor a Deus e ao próximo, traduzidos nos princípios de justiça e caridade.

O entrevistado afirma ter forte formação religiosa e por conta disso sente a necessidade de doar-se ao próximo. O fator religião, em concordância com as motivações apresentadas anteriormente, se faz presente, apesar de todas as mudanças que vem ocorrendo nas ações do voluntariado. São expressivas em nossa sociedade os valores pautados pela igreja no decorrer dos tempos e que aparecem ainda hoje.

Ao afirmar que a prática voluntária é uma tradição familiar, o entrevistado confirma o que Oliveira (1996, p.94), afirma, ou seja, “*ajudar o outro não seria um ato de caridade, mas um dever natural de solidariedade*”, ajuda esta que o entrevistado cita, não como uma forma de prover bens materiais, mas de prestar serviços úteis ao outro.

Conforme pudemos observar, a igreja teve papel importante, podendo-se afirmar que foi a principal protagonista no que se refere à tradição assistencialista e de ajuda ao próximo. É comum, então, que ainda hoje as pessoas tragam marcas desta tradição, imprimindo-a, neste caso, às práticas voluntárias.

Outra categoria identificada é a seguinte : o trabalho voluntário como uma forma de **ocupar o tempo livre**.

Quanto a questão da utilização do tempo livre, **Maria** afirma:

“Optei por fazer o trabalho voluntário para ocupar o tempo, mas também fazer uma doação, ajudar as outras pessoas.”

Pela história de **Maria**, devido a sua idade, verificamos tratar-se de uma pessoa aposentada recentemente. Após longos anos de trabalho, estar com todo o tempo livre para ocupar da forma como quiser, pode causar, em um primeiro momento, sentimentos de deslocamento. Ela, entre tantas atividades, optou pelo trabalho voluntário como uma forma de sentir-se novamente útil, de desempenhar uma tarefa que lhe imprima uma imagem de pessoa ativa.

Percebe-se que em nossa sociedade existe certos preconceitos com a palavra aposentado, que normalmente traz consigo valores que são discriminados, como a imagem do idoso incapaz, ou da chegada ao fim da vida e, a prestação de serviços voluntários vem, então desfazer esta imagem, a medida que a pessoa continua a se ocupar com determinada tarefa.

Com tempo disponível, livre das obrigações do mundo do trabalho, as pessoas passam a sentir-se mais abertas para novas experiências. Por conta dessas mesmas obrigações, muitas vezes, as pessoas acabam por não desempenhar tarefas que lhes satisfaçam pessoalmente e o trabalho voluntário surge trazendo esta possibilidade, traduzindo-se em meios através dos quais o indivíduo busca sua realização pessoal, tendo em vista a liberdade que tem para escolher desde o segmento e a entidade na qual vai atuar, os horários que vai dispor para isto e ainda, tendo a liberdade de decidir parar se os trabalhos não corresponderem às suas expectativas.

Também referente ao tempo livre, **José**, afirma:

“Todo mundo, se quiser, tem tempo pra tudo. O tempo é uma coisa que a gente faz. Se você quiser você acha tempo pra fazer alguma coisa pelo coletivo. Se você se dispõe a fazer alguma coisa, sempre vai achar um tempo. Se você se interessar, maneiras existem várias de ajudar os outros.

É uma questão de consciência.”

José, traz à tona a questão da organização do tempo.

As relações estabelecidas na sociedade em que vivemos acabam por trazer a impressão de que já não temos tanto tempo para a família, para os amigos, para o lazer.

Concordo com De Masi (2000), quando, ao analisar o tempo livre na sociedade pós- industrial, afirma que a mesma vem se caracterizando por diversas mudanças, sendo que uma delas refere-se ao trabalho. Segundo ele, a tendência é que cada vez mais as pessoas tenham uma expectativa de vida maior e trabalhem menos e, conseqüentemente, tenham mais tempo livre.

De Masi, continua afirmando que este tempo livre seria dedicado em parte a cada um de nós mesmos, aos cuidados com o corpo e com a mente; em parte à família e aos amigos e, uma outra parte passaria a ser dedicada a coletividade, contribuindo com a organização civil e política. É o que ele chama de “*ócio inteligente*”, não com sentido negativo e sim positivo, onde se pode optar, conscientemente, segundo a subjetividade de cada um, pelo que nos for mais conveniente, “*mas para isso é preciso educar-se, pois o ócio requer escolhas dentre vários possíveis: educar para a solidão e para o convívio, para a solidariedade e o voluntariado*” (De Masi, 2000, p.313) e, neste caso analisado, o entrevistado optou pelo trabalho voluntário, concentrando nele toda sua criatividade e potencialidade.

Outra categoria que surge na fala dos entrevistados é a **retribuição**, ou seja, o desenvolvimento de ações voluntárias como uma forma de devolver para a sociedade algo que recebeu.

Isto está explícito na fala de **Joana**:

“poder ser útil é uma forma de retribuir o que se recebe de bom”.

Maria, ao realizar sua exposição a respeito da retribuição, afirma:

“senti necessidade de prestar um trabalho para a sociedade, porque ela ajudou na minha formação. Estudei e me formei em universidade pública e o trabalho voluntário foi a maneira que eu encontrei de retribuir a formação cultural e profissional que recebi”.

Pelo que se pode perceber, os entrevistados encontram no trabalho voluntário uma forma de devolver para a sociedade o que receberam, conforme afirma Corullón (1999), é comum que as pessoas realizem alguma atividade “socialmente útil”, como forma de retribuição do conhecimento e experiência adquiridas no decorrer da vida, contribuindo para a construção da cidadania dos menos favorecidos.

O trabalho voluntário, seria então uma maneira de exercer a cidadania através da solidariedade para com o próximo, pois à medida que recebe da sociedade todos os aspectos de sua formação como cidadão (sejam valores, cultura, educação, etc.), sente-se na obrigação de proporcionar aos que não tiveram a mesma igualdade de condições, um pouco do que receberam, contribuindo para a construção da cidadania de seus beneficiários.

Quanto a questão analisada, concordo com Demo (1988, p.70), quando afirma que a cidadania

“ pressupõe a existência de cidadãos, que realizam um processo democrático, participando de atividades e tendo ações concernentes ao bem comum. Como qualidade individual, forjada no social, a cidadania implica um modo de ser que significa a relação prática que se tem, com o outro e com a sociedade.”

Complementando o pensamento de Demo, Pereira (1997, p.6), afirma que *“cidadão é o membro do Estado- Nação, dotado de direitos e capaz de interferir na produção do direito”*. Para ele, a cidadania se expande à medida que os indivíduos adquirem direitos e ampliam sua participação na criação destes direitos.

Segundo o mesmo autor, a luta pelo direito e pela afirmação da cidadania é, em um primeiro momento, uma luta da burguesia ou das

classes médias, tornando-se, no século XX, uma luta mais ampla, onde os pobres tornaram-se cidadãos de fato com direito a voto. Por outro lado, ele salienta que a cidadania é uma prática, porque os movimentos sociais tem importância fundamental para a construção da cidadania, através da afirmação dos direitos sociais.

É neste cenário que devemos entender o papel do voluntário:

“decisão de cada cidadão em servir aos demais membros da sociedade, movido exclusivamente por seu interesse nos outros em suas necessidades e potenciais, contribuindo para a construção da cidadania e da sociedade” (Kisil, 1997).

A solidariedade com o próximo é uma categoria que aparece implícita na fala dos entrevistados, quando os mesmos se pronunciam a respeito da cidadania. **João** ressalta:

“nosso país é um país muito pobre, mas apesar de todas as dificuldades o brasileiro tem coração bom e o trabalho voluntário tende a aumentar, porque é solidário, gosta de ajudar”.

Com isso, o voluntário deixa claro que a solidariedade é o tema inicial, o fio condutor, a partir do qual vão se derivar suas ações. Ele faz uma análise das condições do país e afirma que, apesar da luta pela sobrevivência, diante das desigualdades existentes, as pessoas são solidárias com o próximo, e vai além, para ele, isso faz com que a necessidade de “ajudar o outro” aumente cada vez mais.

Concordo com Aduan (1998), quando afirma que a solidariedade é um dos valores chaves para garantir a convivência em uma sociedade. Este valor torna-se pois uma esperança que, em meio às denúncias de corrupção e falta de ética pública, várias organizações voluntárias e sem fins lucrativos, realizem trabalhos pela comunidade.

Henrique (1995), ao analisar a questão da solidariedade, confirma o que João afirmou, pois, segundo ele, percebe-se que existe a tendência de se formar entre as pessoas que prestam serviços voluntários uma

“consciência solidária”, a partir do qual suas ações passam a ser cada vez mais necessárias frente aos problemas que o país enfrenta, surgindo como alternativa para amenizá-los.

Como consequência disso, o voluntário passa a se sentir capaz de realizar mudanças e, suas ações podem expressar a percepção de que o problema não é apenas “do outro” ou do “governo”, passando a assumi-la como um compromisso com o social, conforme afirma **Andréia**:

“O que o governo faz é pouco e o que a sociedade faz ainda é pouco. Não podemos só esperar pelo governo. Cada um deve fazer a sua parte.”

Ou seja, existe a consciência de que é necessário o trabalho em parceria entre governo e sociedade civil, cada um desempenhando da melhor maneira o seu papel.

Outro grande fator incentivador do trabalho voluntário é a **participação de grandes nomes nacionais em campanhas pelo social**, como é o caso do Betinho, em sua Campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.

João, a respeito da participação em grandes campanhas nacionais pronuncia-se da seguinte forma:

“Aqui em Florianópolis, eu trabalhei no Comitê da Fome, do Betinho, onde fazíamos bastante coisa. O trabalho voluntário não tem muita tradição no Brasil, e com esta campanha pelo menos ficou mais divulgado. Na empresa onde eu trabalhei, o Comitê teve início pela iniciativa de um grupo de pessoas, começamos a fazer ações e, a empresa passou a nos dar apoio formal. Então, mais pessoas aderiram e se tornou um trabalho muito bonito.”

Através deste pronunciamento, podemos perceber a importância das grandes campanhas para o aumento do trabalho voluntário. Percebe-se que

assim, pequenas ações vão tomando corpo e ganhando visibilidade e, conseqüentemente, aumentando seu poder de mudança social.

Quanto a isso, Corullón (1999), afirma que o surgimento da Campanha Ação da Cidadania, em 1993, constituiu-se em fato muito relevante, pois revitalizou a consciência da solidariedade na sociedade brasileira, traduzida em esforços voluntários.

A proposta inicial desta campanha foi a de estimular o gesto imediato: o alimento para quem tem fome. A partir daí, surgiram muitos *outros movimentos com a mesma proposta, ou seja, estimular a sociedade* na tomada de iniciativas para resolver os problemas, ao mesmo tempo pressionando o estado para que cumpra o papel de formulador de políticas públicas.

No que se refere à influência de artistas famosos no trabalho social, uma pesquisa realizada pelo professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (1999), identificou como causas do crescimento do voluntariado, além do fato de os brasileiros estarem buscando uma forma de mudança social e da vontade de integração a um ambiente coletivo, a presença de personalidades, artistas famosos em movimentos do gênero, influenciando e incentivando ações pelo social.

A campanha Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, citada por **João**, apesar da morte de seu idealizador, continua viva e mobilizando milhares de pessoas a cada ano.

Outro exemplo é a Campanha Criança Esperança, da Rede Globo de Televisão. O comediante Renato Aragão, é quem comanda todos os anos esta campanha, que além de doações em dinheiro, acaba por incentivar a criação de entidades e grupos de apoio a crianças e adolescentes carentes. *“Espero que a minha caminhada leve um número cada vez maior de pessoas a se engajar em algum tipo de trabalho voluntário a favor da meninada”*, afirma Aragão (1999).

Durante a entrevista, ao serem questionados do por quê da escolha pela ACIC para a prestação de serviços voluntários dentre tantas entidades,

os entrevistados responderam com certa unanimidade:

- o trabalho que a entidade oferece aos voluntários vem ao encontro do que gostam de fazer, e por isso torna-se prazeroso;
- a maioria dos trabalhos podem ser realizados nas próprias residências dos voluntários, e quando não é possível, adequa-se aos horários dos mesmos.

Até mesmo nestas colocações pode-se encontrar elementos que vão caracterizar a visão que os mesmos tem sobre o trabalho que realizam, ou seja, a partir do momento que é uma atividade que traz alegria, é prazerosa, a pessoa passa a sentir-se realizada e, segundo Corullón (1999) como consequência, verifica-se uma melhora na auto- imagem, a pessoa sente-se competente, podendo até agir como uma forma de combater o stress e a depressão, e mais, elas passam a sentir-se valorizadas no meio social em que vivem.

O fato de alguns trabalhos poderem ser realizados nas residências dos voluntários em seu tempo livre é mais um fator positivo, pois não existe a obrigatoriedade do cumprimento de horários e a pessoa pode organizar seu tempo de modo que todas as tarefas (pessoais, compromissos, etc.) possam ser realizadas.

Santamaria (1993, p.352), estudando a questão do tempo livre, afirma que este é o lugar privilegiado para realização pessoal de forma livre e autônoma. Segundo a autora, o modo como as pessoas utilizam seu tempo livre, o que fazem durante ele, pode demonstrar o comportamento destas pessoas, podendo demonstrar os valores e gostos pessoais, ou seja, seus elementos subjetivos. Para ela, o tempo livre é carregado de valores positivos que refletem diretamente na qualidade de vida, pois trata-se de uma oportunidade para a superação, de desenvolver a criatividade.

Após a realização desta análise, percebe-se que as motivações que conduzem as pessoas à atividade voluntária também as colocam em contato com outra realidade, diferente das que vivenciam em sua particularidade.

Maria, que realiza trabalhos de ledora (gravação de textos em fitas

k7), coloca-se da seguinte forma:

“ Sempre quando saio da ACIC, tento me colocar na situação do cego, que precisa da colaboração dos outros para estudar, para se distrair – porque leitura também é distração. Acredito que eles tem muitas dificuldades e precisam confiar na leitura, confiar que pessoa fez o trabalho correto”.

Isto indica que ao entrar em contato com uma realidade diferente da sua, as pessoas tendem a avaliar sua própria vida, o que pode vir a proporcionar um grande crescimento pessoal, ou quando não, acontece, pelo menos, a troca de experiências.

Miranda (1995), no que se refere à troca, ao crescimento interpessoal, afirma que pela própria condição social, os seres humanos só podem satisfazer suas necessidades através da relação com os outros, assim, as pessoas se completam na vida social.

Para Miranda (1995, p.45), *“ a pessoa é em grande parte, resultado das relações interpessoais que estabeleceu durante a vida”.* Afirma ainda que estas relações são de causa e efeito umas sobre as outras, podendo ser positivas, à medida que se tem a consciência de que as pessoas necessitam umas das outras e, que deve-se respeitar as peculiaridades de cada uma, ou negativas, ou seja, podem acontecer trocas, aprendizado, ou simplesmente ocorre o contato, e após o alcance do objetivo proposto, não há qualquer crescimento.

O desenvolvimento da pessoa humana e da sociedade dependem um do outro.

É através das relações sociais, dos serviços mútuos e do diálogo, que o homem aumenta e desenvolve todas as suas possibilidades e potencialidades.

O voluntário deve, pois, interagir, segundo Corullón (1999), com os usuários da instituição em que atua, tendo a clareza das normas e das regras, deveres e direitos, o que permite o estabelecimento de relações humanas baseadas no respeito mútuo.

Dentre as relações humanas que o voluntário deve estabelecer, a relação de ajuda é a fundamental. Ela torna-se eficaz quando considera a potencialidade que possui a pessoa que precisa ser ajudada, podendo crescer, superar-se e assumir suas responsabilidades.

Concordo com Torres (1983), quando afirma que uma pessoa não pode ser totalmente ela própria sem participar na transformação da sociedade. Para isso, é necessário desenvolver em cada um o desejo de assumir responsabilidades na comunidade. Mas apenas esta vontade não basta, é preciso ter ainda capacidade, desenvolver competências, a fim de que a participação de cada um seja mais eficaz.

Considerações finais

A proposta deste estudo se desenvolveu com o objetivo de apresentar os motivos que levam as pessoas a tornarem-se voluntárias, tendo como base as pessoas que atuam na ACIC.

Percebeu-se que durante longo tempo a grande incentivadora das ações assistenciais e de ajuda foi a igreja católica e como consequência, as ações voluntárias encontraram-se obscurecidas por instituições a ela vinculadas.

Somente a partir dos anos 1990 que as ações voluntárias começam a adquirir uma nova roupagem e ganhar maior visibilidade. Isto deve-se ao fato de terem sido criadas novas instituições e programas com o objetivo de incentivar e fomentar o trabalho voluntário.

O principal programa no que se refere ao trabalho voluntário é o Programa Voluntários do Conselho da Comunidade Solidária, que apresenta como principal meta a difusão da cultura do voluntariado.

Suas propostas partem da premissa de que é possível uma parceria entre governo e sociedade civil na atuação na área social. Por isso, o novo voluntário que surge é um voluntário mais atuante, mais consciente da realidade em que vivemos.

Dentro deste ideário, uma de suas propostas é a expansão de núcleos de voluntários que vão a organizar em cada região ou cidade as demandas de voluntários.

O núcleo de Florianópolis chama-se Instituto Voluntários em Ação e tem encaminhado, desde sua criação, em 1998, grande número de voluntários para a ACIC, onde os mesmos tem desempenhado as mais diferentes ações.

A prática destas ações levaram a questionamentos que foram a base deste estudo: os motivos que levam estas pessoas a tornarem-se voluntárias.

Pelo exposto, pudemos constatar que as causas que levam as

peessoas a se tornarem voluntárias são basicamente: a influência religiosa, a retribuição para a sociedade, ocupação do tempo livre e a influência de grandes personagens nacionais.

A primeira grande razão à aderência ao trabalho voluntário foi a tradição religiosa. Isto deve-se ao fato de que a crença religiosa está presente nas mais diversas culturas, na origem do trabalho voluntário. Esta categoria traz consigo categorias como a caridade, a solidariedade, amor ao próximo, justificando a necessidade das pessoas de atuar no serviço para a comunidade.

Em seguida, aparece a necessidade das pessoas de retribuição para a sociedade de algo que receberam, ou seja, as pessoas consideram que, pelo fato de poderem ter tido a oportunidade de utilizar-se de órgãos públicos de educação, cultura, etc., devem, contribuir, através do trabalho voluntário para os que não tiveram a mesma igualdade de oportunidades, alcancem um nível mínimo de cidadania.

Outras pessoas ainda, vêem o trabalho voluntário como uma forma de ocupar o tempo que tem disponível, desenvolvendo trabalhos para a comunidade, trazendo-lhes sentimentos de utilidade e de pertencimento ao coletivo.

Por fim, existem pessoas que aderem ao trabalho voluntário por influência das grandes campanhas de artistas nacionais, seja com doações em dinheiro, ou organizando grupos de atendimento aos setores menos favorecidos da sociedade.

A própria dinâmica do contexto em que vivemos atualmente, está levando as pessoas a buscarem formas alternativas de resolução dos problemas sociais que o estado não está dando conta de responder. Por conta disso, o que se percebe é que cada vez mais o número de pessoas que aderem aos serviços voluntários está crescendo. E, após a realização deste estudo, pode-se afirmar que o entrosamento, o interesse das pessoas em fazer algo, seja pela comunidade, seja por setores menos favorecidos da sociedade, tem as mais diversas razões, que vão desde a influência cultural, os valores pessoais, até as influências causadas pelo exemplo de

outras pessoas que já realizam trabalhos voluntários.

Ao concluir esta composição, gostaria de expressar que este estudo não tem a pretensão de dar por encerrado o campo de conhecimento acerca das motivações que as pessoas tem para tornarem-se voluntárias, mas que, atendendo ao objetivo proposto, iniciou o entendimento do mesmo.

E ainda diante das dificuldades encontradas no desenvolvimento deste estudo, propõe-se como sugestões que as pessoas que atuam diretamente com os voluntários relatem suas experiências e as tornem públicas, contribuindo para o amadurecimento do trabalho com os mesmos.

Sugere-se ainda que a ACIC, ao continuar atuando com voluntários, desenvolva ações cada vez mais sistematizadas, visando um maior aproveitamento dos trabalhos oferecidos pelos mesmos. Desenvolvendo inclusive ações de integração entre usuários, funcionários e voluntários, objetivando uma prática conjunta, centrada nos objetivos a que a instituição se propõe e ainda, o desenvolvimento de atividades de valorização e reconhecimento das ações prestadas pelos mesmos.

Bibliografia

- 1- ADUAN, Wanda Engel. Voluntariado, cidadania e desenvolvimento sustentável. **Agir** : informativo do programa voluntários. São Paulo, n^o 24, p. 4-5, abr.1998.
- 2- CORULLÓN, Mônica. **O trabalho voluntário**: manual elaborado para o Programa de Promoção do Voluntariado do Conselho da Comunidade Solidária. 1999, 12p. (Documento da Internet).
- 3- DEMO, Pedro. **Participação e conquista**: noções de política social participativa. São Paulo: Cortez, 1998, p.70.
- 4- FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público**: o Terceiro Setor na América Latina. Relume-Damurá, 1994, p. 31-32.
- 5- FERREIRA, Daniela Marcos. **A relação idoso-voluntário nos grupos assessorados pela Ação Social Arquidiocesana**. Florianópolis, 1998. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social). Centro Sócio- Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina.
- 6- GAUER, Vera Inez. **Ação voluntária**: ser como o outro. Florianópolis, 1995. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Serviço Social). Centro Sócio- Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina.
- 7- GIASSI, Stelamaris. **Entrevista**: alguns tópicos de relevância no processo histórico deste instrumento de intervenção do Serviço Social. Florianópolis, 1985. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social). Centro Sócio- Econômico.

Universidade Federal de Santa Catarina.

- 8- GOHN, Maria da Gloria. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- 9- HENRIQUE, Michelle Catherin. **Ser voluntário:** algo mais que ocupar o tempo. Florianópolis, 1995. 138f. Dissertação de mestrado em Sociologia Política. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.
- 10- IOSCHPE, Evelyn (org.) **3º Setor:** desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. 173p.
- 11- JUNQUEIRA, Eduardo. A rotina da solidariedade. **Época**. São Paulo, n. 75, p. 48-54, 25 out. 1999.
- 12- KISIL, Marcos. Voluntariado: uma questão de cidadania. **Agir:** informativo do programa voluntários. São Paulo, n. 2, out. 1997.
- 13- KOERICH, Maria Helena. **A pessoa deficiente**. Florianópolis, 1984. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social). Centro Sócio- Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina.
- 14- LANDIM , Leilah. **Para além do mercado e do estado?** Filantropia e cidadania no Brasil. Cadernos do ISER, Rio de Janeiro, jun. 1993.
- 15- MASI, Domenico de. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: GMT Editores, 2000. 304 p.

- 16- MIRANDA, Clara Feldman de; MIRANDA, Márcio Lúcio de.
Construindo a relação de ajuda. 9.ed. Belo Horizonte:
Crescer, 1995, p.45.
- 17- NETO, Francisco Paulo de Mello; FROES, César.
Responsabilidade social e cidadania empresarial: a
administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark,
1999.
- 18- NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e
criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). **Pesquisa**
social: teoria, método e criatividade. 9. ed. Petropolis: Vozes,
1998.
- 19- OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. **Assistência social: do**
discurso do estado à prática do Serviço Social. 2. ed. rev.
Florianópolis: Editora da UFSC, 1996. 212 p.
- 20- PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de**
interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis
e tributários. Brasília: Brasília Jurídica, 1999, p. 45-54.
- 21- PELISSARI, Márcia Aparecida. **A condição cidadã: valores**
éticos na individualidade. Piracicaba: UNIMEP, 1995. 148p.
- 22- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A reforma do estado nos**
anos 90. Brasília: MARE/ ENAP, 1997. N. 1. Cadernos MARE.
- 23- _____. **Cidadania e a Res pública: a**
emergência dos direitos republicanos. Brasília: MARE/ ENAP,
1997. 45f. (Texto para discussão, 15).

- 24- SANTAMARIA, Maria Luisa Setien. **Indicadores sociales de calidad de vida**: un sistema de medicion aplicado al Pais Vasco. Espana: Siglo Veintiuno de Espana Editores, 1993. Coleccion Monografias, n.133.
- 25- SCHERER- WARREN, Ilse. **Organizações voluntárias de Florianópolis**: cadastro e perfil do associativismo civil. Florianópolis: Insular, 1996. p.13-17.
- 26- SILVA, Carmem Lúcia. **A metamorfose da solidariedade**: uma reflexão sobre os serviços prestados na Orionópolis Catarinense. Florianópolis, 1997. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social). Centro Sócio-Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina.
- 27- SZAZI, Eduardo. As regras do trabalho voluntário. **Agir**: informativo do programa voluntários. São Paulo, n.8, p.5, mar. / abr. 1999.
- 28- TORRES, Zelia. **A ação social dos grupos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1983.
- 29- THIOLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa- ação**. São Paulo: Cortez, 1998.
- 30-TRIVINOS, Augusto Silva. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.